

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO -
SANTANDER SELECT DEFENSIVO**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

<u>CONTEÚDO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA	15
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018.....	21
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018.....	24
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018.....	26
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018.....	28
Nota 1 – Capital do Fundo.....	29
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	30
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos	31
Nota 11 – Exposição Cambial	33
Nota 13 – Cobertura do Risco de Cotações.....	33
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados	33
Nota 15 – Custos Imputados	34
Nota 16 – Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	34

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

No primeiro semestre de 2018, a economia mundial manteve um ritmo de crescimento dinâmico, mantendo a tendência de recuperação generalizada dos últimos anos, e que deve culminar na melhor fase de expansão do pós-crise.

Esse mesmo cenário é assumido pelo Fundo Monetário Internacional que, na atualização de Julho do World Economic Outlook, mantém a projeção de 3.9% para o crescimento económico no corrente ano (e também para 2019).

Crescimento Económico Mundial			
	2016	2017	2018E
Mundo	3.2	3.7	3.9
Países Avançados	1.7	2.4	2.4
EUA	1.5	2.3	2.9
UEM	1.8	2.3	2.2
Reino Unido	1.8	1.7	1.4
Japão	1.0	1.7	1.0
Países em Desenvolvimento	4.4	4.7	4.9
África	1.5	2.8	3.4
Ásia	6.5	6.5	6.5
China	6.7	6.9	6.6
Europa de Leste	3.2	5.9	4.3
Médio Oriente	5.0	2.2	3.5
América Latina	-0.6	1.3	1.6
Brasil	-3.5	1.0	1.8

Fonte: FMI (julho de 2018)

No entanto, o FMI ressalva dois importantes desenvolvimentos, que podem condicionar a evolução futura da atividade. Por um lado, o facto de a recuperação ser menos equilibrada entre regiões, como patente na desaceleração verificada na zona euro, Reino Unido e Japão, em contraciclo com os EUA. Por outro lado, o incremento das tensões comerciais, que, a prolongar-se no tempo, poderá afetar negativamente a confiança e o crescimento.

O FMI reviu em baixa as estimativas de crescimento para a zona euro, incorporando a desaceleração verificada no primeiro semestre do ano, em que o ritmo trimestral de crescimento convergiu para níveis em redor do potencial (aproximadamente 1.6% anual, face aos mais de 3% observados no mesmo período do ano passado). Prolongou-se, assim, a dinâmica do primeiro trimestre, que tinha sido penalizado por condições atmosféricas adversas, que afetaram o investimento.

A conjuntura europeia poderá ter sido influenciada pelo cenário político em Itália, e pela incerteza associada ao clima de “tensões comerciais” e possibilidade do aumento do protecionismo, a nível global.

A eleição de um governo de coligação entre o Movimento 5 Estrelas e a Liga Norte, e as perspetivas de uma política orçamental mais expansionista conduziram a uma subida das taxas de juro de longo prazo, em Itália, com um contágio mais limitado aos países ditos periféricos, como Portugal ou Espanha. No final do semestre, os efeitos de contágio tinham dissipado, com um alargamento do diferencial entre a yield italiana face à dos demais países.

O BCE iniciou o processo de comunicação da “normalização” da política monetária. Por um lado, anunciou o término do programa de aquisição de ativos financeiros, em Dezembro, sendo que a partir de setembro o volume mensal de ativos a adquirir é reduzido para 15 mil milhões de euros. Por outro lado, sinalizou que as taxas de juro de referência permanecerão nos níveis mínimos até “durante o Verão de 2019”. Os investidores ajustaram em consequência, com os futuros sobre as taxas de juro Euribor 3 meses a incorporar essa visão.

Nos EUA, a economia acelerou, no segundo trimestre, para o ritmo de crescimento em cadeia mais forte desde 2014, apoiado pelo consumo privado, assim como pelas exportações líquidas. A taxa de desemprego situou-se no nível mais baixo em quase cinco décadas, abaixo de 4%, o que também suporta o consumo privado, juntamente com o programa de estímulo fiscal, e foi acompanhado de uma aceleração dos salários.

A progressiva convergência da inflação para a referência permitiu à Reserva Federal subir a principal taxa de juro de referência duas vezes, para o intervalo 1.75%-2.0%, e deixando indicações, na reunião de Junho, de que até ao final do ano poderia subir, caso as condições o permitam, mais duas vezes.

No Reino Unido, a atividade abrandou igualmente, num quadro de maior incerteza, em que a data de saída da União Europeia se aproxima (29 de Março de 2019), e sem perspetivas de um acordo. As divisões no Governo quanto à relação futura (ou seja, entre um hard ou um soft Brexit) culminaram na demissão de vários membros do Governo.

A China mantém ritmos de crescimento sólidos, mas em desaceleração, refletindo os impactos conjugados de um maior nível de regulação sobre o sector financeiro, por um lado, e do abrandamento da procura externa, por outro. As relações comerciais com os EUA estiveram, durante este período, sob pressão, com a imposição, anunciada, mútua de tarifas alfandegárias ao comércio internacional.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa manteve ritmos de crescimento sustentados durante o primeiro semestre, embora em desaceleração face à dinâmica observada no primeiro semestre de 2017. O PIB terá crescido cerca de 2,3%, em termos homólogos, durante este período, podendo convergir para o potencial ao longo do decurso dos próximos trimestres.

Dados Macroeconómicos

	2016	2017	2018E
PIB	1.6	2.7	2.1
Consumo Privado	2.1	2.2	1.7
Consumo Público	0.6	0.1	1.7
Investimento	0.8	8.4	4.1
Exportações	4.4	7.9	4.4
Importações	4.2	7.9	4.2
Inflação média	0.6	1.4	1.5
Desemprego	11.1	8.9	7.7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2.0	-0.9	-1.0
Dívida pública (% do PIB)	129.9	125.7	125.7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1.6	1.4	1.6

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Estimativas Santander Portugal

O crescimento económico continuou baseado na evolução das exportações e do investimento, que terão assim reforçado o seu peso relativo no Produto Interno Bruto.

O consumo privado, contudo, terá continuado numa evolução tímida de recuperação, apesar da redução do desemprego, e com o consumo de bens duradouros a reagir em função das expectativas de alterações da fiscalidade sobre os automóveis, ainda em 2018. O consumo público também terá permanecido tímido, refletindo o controlo transversal da despesa pública.

A despesa em investimento continuou a crescer, destacando-se o crescente aumento do contributo do investimento em construção, depois de uma primeira vaga de maior despesa de capital em equipamentos e transportes.

Em termos das dinâmicas ao nível do mercado externo, merece destacar a evolução e reforço sustentado das exportações, que pesam cerca de 48% do PIB, sendo a segunda maior alavanca do crescimento, a seguir ao consumo privado (com um contributo em redor de 64% do PIB). O maior volume de exportações tem permitido registar saldos comerciais positivos com o exterior, com as exportações de serviços a serem lideradas pelo crescente aumento do turismo, enquanto as exportações de bens vão beneficiando do reforço das exportações de equipamentos e automóveis.

As dinâmicas ao nível do mercado de trabalho continuam a pautar-se por uma redução sustentada da taxa de desemprego, que no primeiro trimestre de 2018 representou 7,9% da população ativa, e até maio de 2018 já tinha caído até 7,0%. A criação de novos postos de trabalho continua a ser dirigida pelo setor privado, associada a um aumento crescente dos contratos permanentes.

Os últimos anos de recuperação e transformação da economia portuguesa foram essenciais para começar a corrigir os desequilíbrios estruturais, que limitavam o crescimento potencial, e aumentavam as vulnerabilidades face a choques exógenos.

Neste campo, destaca-se o ainda elevado endividamento público e privado, que no primeiro trimestre de 2018 representava cerca de 126,4% e de 206,4% do PIB, respetivamente, embora caracterizado

por uma estratégia de redução sustentada desde 2013 (quando se situavam em 129% e 253% do PIB, respetivamente). Contudo, convém realçar o esforço de redução dos níveis de endividamento, em especial o associado às empresas, que passou de um rácio de 171% para um rácio de 138% do PIB, entre 2012 e 2017, respetivamente. Adicionalmente, a diminuição do elevado nível de crédito em incumprimento é uma prioridade do sistema financeiro, em especial ao nível do segmento de empresas.

A manutenção, e mesmo reforço, dos níveis do excedente primário ao nível das finanças públicas, desde 2014, tem contribuído para manter a dívida pública numa trajetória sustentável, adicionalmente suportada por ritmos de crescimento económico nominal que têm superado as expectativas mais conservadoras. No primeiro trimestre, o rácio da dívida pública fechou próximo dos 126% e o défice orçamental das administrações públicas ficou em redor de 0,7% do PIB. Já em Junho, fruto da amortização de uma obrigação do Tesouro, a dívida pública reduziu-se mais.

A prossecução de uma estratégia de consolidação das contas públicas tem contribuído para aumentar os níveis de imunidade da economia portuguesa a choques exógenos, tanto económicos como não económicos, como o que ocorreu no período pós-eleições em Itália, em que as taxas de juro soberanas portuguesas subiram ligeiramente, mas de forma menos pronunciada face ao observado nos níveis das taxas soberanas italianas. No final de julho, a taxa de juro a 10 anos para a dívida pública portuguesa situa-se em redor de 1,7% e abaixo da taxa de juro a 10 anos da dívida pública italiana, em aproximadamente 110 pb.

Relativamente à taxa de juro a 10 anos alemã o spread face à dívida pública portuguesa mantém-se em redor de 150pb.

A diminuição da perceção de risco soberano também continua materializada pelos ratings das diferentes agências de rating, em nível de investimento, com a Standard and Poor's a classificar em "BBB-" (setembro de 2017), a Fitch em "BBB" (dezembro de 2017) e a DBRS em "BBB" (abril de 2018). Apenas a Moody's mantém o *rating* de *non-investment grade*.

Política de investimento

Os valores da inflação saíram acima do esperado no início de 2018, fazendo com que os spreads de empresas crescessem à medida que os investidores compravam títulos de menor risco. À medida que a volatilidade diminuiu, aumentou-se gradualmente o risco, via investimentos alternativos em obrigações, tornando a alocação global menos dependente da Europa. Da mesma forma, aumentou-se a alocação a dívida de mercados emergentes, *high yield* global e *high yield* de curta duração, na tentativa de fornecer fontes alternativas de retorno.

A alocação a ações foi reduzida no primeiro semestre de 2018, após anteciparmos possíveis subidas mais acentuadas das taxas de juros. Em março, começou-se a aumentar, gradualmente, a

componente de equity, antevendo a continuação das perspetivas económicas positivas, com a redução da volatilidade.

Em termos regionais aumentou-se a exposição a ações norte-americanas, antecipando um ciclo de resultados positivos. A maior exposição da economia dos EUA à atividade doméstica também oferece uma maior segurança em caso de agravamento dos desenvolvimentos comerciais entre os EUA e a China. Já a Europa é uma economia mais orientada para a exportação e, portanto, mais exposta a possíveis interrupções no comércio global. Contudo ainda se mantém uma alocação a esta região devido ao sólido ambiente económico e por motivos de diversificação do risco.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2016	38 392	5,0546
2017	5 433 632	5,1296

Classe B

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2014	19 575 807	5,1577
2015	43 039 574	5,1219
2016	38 625 987	5,1854
2017	45 464 191	5,2677

Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do fundo foi a seguinte:

Classe A

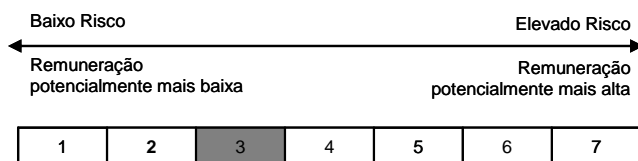
Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2017	1,49%	1,48%	2

Classe B

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2015	-0,60%	3,11%	3
2016	1,24%	3,16%	3
2017	1,59%	1,48%	2

Fonte: APFIPP

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo e pelos participantes.

Custos e Proveitos

Descritivo	30-06-2018	30-06-2017	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	3 745	2 994	751	25%
Rendimento de Títulos	116 914	101 751	15 162	15%
Ganhos em Operação Financeiras	9 747 178	7 086 106	2 661 072	38%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Provisões para Encargos	0	28 702	-28 702	-100%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	204 566	174 426	30 140	17%
Total	10 072 402	7 393 979	2 678 423	36%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	0	0	0	0%
Comissões e Taxas	1 795 799	1 316 118	479 681	36%
Comissões de gestão	1 695 342	1 248 060	447 283	36%
Comissão de depósito	47 069	34 927	12 142	35%
Outras comissões e taxas	53 387	33 131	20 256	61%
Perdas em Operações Financeiras	13 747 852	4 602 946	9 144 906	199%
Impostos	67 881	50 620	17 261	34%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes	5 412	5 003	409	8%
Total	15 616 943	5 974 686	9 642 257	161%
Resultado do Fundo	-5 544 541	1 419 293	-6 963 835	-491%

Demonstração do Património

Descritivo	30-06-2018	31-12-2017
Valores mobiliários	241 704 281	259 444 802
Saldos bancários	32 304 615	7 908 618
Outros ativos	4 496 677	345 478
Total dos ativos	278 505 572	267 698 898
Passivo	6 404 473	334 620
Valor Líquido do OIC	272 101 099	267 364 278

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30-06-2018		31-12-2017	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS	34 009 486	12,21%	31 906 752	11,46%
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	-	0,00%	-	0,00%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membro UE</i>	34 009 486	12,21%	31 906 752	11,46%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	-	0,00%	-	0,00%
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	207 694 795	74,57%	227 306 187	81,62%
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>	-	0,00%	-	0,00%
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>	207 694 795	74,57%	227 306 187	81,62%
<i>OIC domiciliados Estado Não membro UE</i>	-	0,00%	-	0,00%
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES	-	0,00%	231 863	0,08%
<i>Em Mercado Regulamentado</i>	-	0,00%	231 863	0,08%
Total do ativo	278 505 572	86,79%	267 698 898	93,16%

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGFIM, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

AÇÕES

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGFIM – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra. Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGFIM;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico

- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes;
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo;

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação,

ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora
- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 27 de Agosto de 2018

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (ou Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2018 (que evidencia um total de 278 505 572 euros e um total de capital do fundo de 272 101 099 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5 544 541 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo**, em 30 de junho de 2018, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das

demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 87% do ativo.</p> <p>Assim, a verificação das cotações, e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada para a valorização de títulos não cotados constitui uma área significativa de auditoria.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As

distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo

qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora para um mandato compreendido entre 2016 e 2018;
- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos

- qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora do Fundo em 27 de agosto de 2018;
 - (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Sociedade Gestora durante a realização da auditoria;
 - (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 27 de agosto de 2018

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'J' followed by a series of loops and a long horizontal stroke that extends across the width of the text below.

João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT
DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

(valores em Euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 30-06-18

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		30-06-18	31-12-17	Código		30-06-18	31-12-17
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções		231 863	934	Opções		
935	Futuros	3 642 327	5 263 166	935	Futuros		
	<i>Total</i>	3 642 327	5 495 029		<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			942	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			944	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de valores			945	Valores recebidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	3 642 327	5 495 029		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	3 642 327	5 495 029

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE
JUNHO DE 2018**

Fundo: Santander Select Defensivo

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 30-06-18

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		30-06-18	30-06-17	Código		30-06-18	30-06-17
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	3 745	2 994
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	31 907	16 174		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	1 762 129	1 298 908	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	116 914	101 751
729	De Operações Extrapatrimoniais	1 763	1 035	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	10 437 825	4 170 056	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	6 522 122	6 661 180
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	3 310 027	432 890	839	Em Operações Extrapatrimoniais	3 225 056	424 926
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		28 702
7412+7422	Impostos Indirectos	67 881	50 620	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	204 506	174 426
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>10 072 342</u>	<u>7 393 979</u>
	Provisões do Exercício			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
751	Provisões para Encargos				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	5 412	5 003		Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>15 616 943</u>	<u>5 974 686</u>	881	Recuperação de Incobráveis		
79	Outros Custos e Perdas das SIM			882	Ganhos Extraordinários		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
	Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	60	
781	Valores Incobráveis				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>60</u>	
782	Perdas Extraordinárias			66	Resultado Líquido do Período	<u>5 544 541</u>	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				<i>TOTAL</i>	<u>15 616 943</u>	<u>7 393 979</u>
788	Outras Custos e Perdas Eventuais						
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período		1 419 293				
	<i>TOTAL</i>	<u>15 616 943</u>	<u>7 393 979</u>				
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(3 830 696)	2 576 701	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	60	
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(86 734)	(8 999)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(5 476 660)	1 469 913
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(5 544 601)	1 419 293	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(5 544 541)	1 419 293

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

(valores em Euros)	Data: 30-06-2018	
DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2018	30-06-2017
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	33 888 341	28 485 796
Subscrições de unidades de participação	33 888 341	28 485 796
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(23 606 978)	(20 557 377)
Resgates de unidades de participação	(23 606 978)	(20 557 377)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	10 281 363	7 928 419
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	145 578 231	90 453 124
Venda de títulos e outros ativos da carteira	173 604	
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		
Resgates de unidades de participação noutros OIC	145 287 713	90 351 372
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	116 914	101 751
Juros e proveitos similares recebidos		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(129 595 797)	(98 307 449)
Compra de títulos e outros ativos da carteira		
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(129 563 908)	(98 291 293)
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos		
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem	(31 600)	(15 185)
Outras taxas e comissões	(289)	(971)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	15 982 434	(7 854 326)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	3 324 310	434 960
Operações cambiais	215 008	33 595
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	3 109 302	401 365
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	(3 444 125)	(591 603)
Operações cambiais		(172 132)
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(3 428 098)	(268 187)
Margem inicial em contratos de futuros e opções	(14 197)	(150 294)
Comissões em contratos de futuros	(1 830)	(991)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	(119 815)	(156 642)
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	90 112	192 362
Juros de depósitos bancários	2 838	2 431
Outros recebimentos correntes	87 274	189 931
PAGAMENTOS:	(1 838 157)	(1 349 885)
Comissão de gestão	(1 696 472)	(1 245 081)
Comissão de depósito	(47 104)	(34 852)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(88 888)	(64 946)
Outros pagamentos correntes	(5 693)	(5 006)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(1 748 045)	(1 157 523)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	60	0
Outros recebimentos de operações eventuais	60	
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	60	0
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	24 395 996	(1 240 072)
Disponibilidades no Início do Período:	7 908 618	16 357 443
Disponibilidades no Fim do Período:	32 304 615	15 117 372

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(valores em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2018 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-17	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-18
		Categoria A	Categoria B	Categoria A	Categoria B				
Valor base	254 489 119	4 760 855	27 804 321	(2 110 262)	(20 565 523)	-	-	-	264 378 510
Diferença p/Valor Base	10 919 914	77 462	1 275 674	(36 804)	(924 361)	-	-	-	11 311 886
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	(1 354 336)	-	-	-	-	-	3 309 580	-	1 955 245
Resultados do período	3 309 580	-	-	-	-	-	(3 309 580)	(5 544 541)	(5 544 541)
Total	267 364 278	4 838 318	29 079 995	(2 147 066)	(21 489 884)	-	-	(5 544 541)	272 101 099
Nº de Unidades participação									
Categoria A	5 433 632	952 171	-	(422 052)	-	-	-	-	5 963 751
Categoria C	45 464 191	-	5 560 864	-	(4 113 105)	-	-	-	46 911 951
Valor Unidades participação									
Categoria A	5,1296	5,0814	-	5,0872	-	-	-	-	5,0238
Categoria C	5,2677	-	5,2294	-	5,2247	-	-	-	5,1616

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes	
	Categoria A	Categoria B
Ups >= 25%	-	-
10% <= Ups < 25%	-	-
5% <= Ups < 10%	-	-
2% <= Ups < 5%	-	-
0,5% <= Ups < 2%	9	-
Ups < 0,5%	4 525	12 514
TOTAL	4 534	12 514

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Categoria A			Categoria B			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2018	30-jun-18	29 960 605	5,0238	5 963 751	242 140 494	5,1616	46 911 951	272 101 099	52 875 702
	31-mai-18	29 379 603	5,0350	5 835 047	242 225 743	5,1727	46 827 574	271 605 346	52 662 621
	30-abr-18	29 140 369	5,0660	5 752 151	243 538 896	5,2041	46 797 582	272 679 265	52 549 733
	31-mar-18	28 910 368	5,0617	5 711 596	242 258 288	5,1992	46 594 861	271 168 656	52 306 457
	28-fev-18	28 410 044	5,0824	5 589 887	242 093 193	5,2201	46 377 379	270 503 238	51 967 266
	31-jan-18	28 258 285	5,1351	5 502 952	242 698 473	5,2738	46 019 600	270 956 758	51 522 553
2017	31-dez-17	27 872 398	5,1296	5 433 632	239 491 880	5,2677	45 464 191	267 364 278	50 897 824
	30-set-17	23 252 356	5,1098	4 550 556	216 915 686	5,2460	41 348 620	240 168 042	45 899 176
	30-jun-17	4 046 930	5,0891	795 212	205 784 582	5,2235	39 395 882	209 831 512	40 191 095
	31-mar-17	954 257	5,0633	188 465	198 457 639	5,1957	38 196 883	199 411 896	38 385 348
2016	31-dez-16	194 057	5,0546	38 392	200 289 742	5,1854	38 625 987	200 483 800	38 664 379
	30-set-16	-	-	-	200 316 274	5,2397	38 230 685	200 316 274	38 230 685
	30-jun-16	-	-	-	202 324 871	5,1553	39 246 355	202 324 871	39 246 355
	31-mar-16	-	-	-	207 847 085	5,1226	40 574 761	207 847 085	40 574 761

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2018 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
Merc. Cot. Oficiais Bolsa Val. Est. Memb. U.E						
-UPs de fundos de investimento fechados						
ISHARES MSCI EUR ETF	3 271 512	-	(82 596)	3 188 916	-	3 188 916
	3 271 512	-	(82 596)	3 188 916	-	3 188 916
3.UPS DE ORGANISMOS INVEST.COLECTIVO						
OIC domiciliados num Estado-membro da EU						
Vanguard Euro IG Ind	5 383 468	28 634	-	5 412 102	-	5 412 102
PIMCO FI Global	10 563 431	-	(123 647)	10 439 784	-	10 439 784
M&G OPTIMAL INC AH	5 997 151	-	(65 330)	5 931 821	-	5 931 821
BNY MELLON A. EQUITY	11 178 771	37 632	-	11 216 403	-	11 216 403
Vanguard EuroGovBond	8 725 585	37 947	-	8 763 532	-	8 763 532
NATIXIS SOUVERAINS €	8 258 361	47 303	-	8 305 664	-	8 305 664
Groupama Entreprises	5 823 193	-	(6 012)	5 817 181	-	5 817 181
BlackRock EuroGvBond	1 601 564	19 451	-	1 621 015	-	1 621 015
M&G EURO CORP BOND A	5 728 922	93 791	-	5 822 713	-	5 822 713
Nordea Hgh Yld Bond	4 071 806	-	(92 931)	3 978 875	-	3 978 875
LFIS Vision UCITS –	11 926 877	-	(13 244)	11 913 633	-	11 913 633
Standard Life Invest	5 487 791	-	(66 349)	5 421 442	-	5 421 442
Neuberg FI SD EM	17 689 485	-	(190 813)	17 498 672	-	17 498 672
JPMorgan Funds - Eur	3 939 243	-	(128 945)	3 810 298	-	3 810 298
BlackRock Fixed Inc	7 256 436	-	(74 801)	7 181 635	-	7 181 635
JPM INC OPP A EUE HD	6 233 950	48 954	-	6 282 904	-	6 282 904
Fidelity Funds - Eur	3 943 645	124 163	-	4 067 808	-	4 067 808
JPMorgan EU Governme	9 087 458	5 958	-	9 093 416	-	9 093 416
MORGAN ST INV F-S	3 104 945	-	(10 995)	3 093 950	-	3 093 950
MS EUR BOND FUND	5 933 139	-	(86)	5 933 053	-	5 933 053
BGF-Fix Inc GIB Op H	4 474 838	-	-	4 474 838	-	4 474 838
BlackRock Strat FI	8 935 108	-	(675)	8 934 433	-	8 934 433
BLUEBAY INVEST GR €	8 746 023	210 115	-	8 956 138	-	8 956 138
UBAM GLOB HY SOL	16 608 152	-	(142 928)	16 465 224	-	16 465 224
AXAShort Duration HY	7 990 997	-	(45 921)	7 945 076	-	7 945 076
JUPITER DYN BD FUND	12 182 379	174 406	-	12 356 785	-	12 356 785
ISHR EUROPE 600 OIL	7 193 670	-	(237 269)	6 956 401	-	6 956 401
ETF Lyxor Barclays F	4 198 271	-	(27 588)	4 170 683	-	4 170 683
XTRACKERS II EUROZON	7 132 846	43 942	-	7 176 788	-	7 176 788
iSh EURCorpBond ETF	5 457 353	-	(12 010)	5 445 343	-	5 445 343
	224 854 857	872 296	(1 239 544)	224 487 609	-	224 487 609
OIC domiciliados num Estado-membro da EU						
ETF IUSE NA	14 045 511	-	(17 756)	14 027 755	-	14 027 755
	14 045 511	-	(17 756)	14 027 755	-	14 027 755
TOTAL	242 171 881	872 296	(1 339 896)	241 704 281	-	241 704 281

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2018 foi o seguinte:

Descrição	31-12-17	Aumentos	Reduções	30-06-18
Depósitos à ordem	7 908 618	192 448 396	168 052 400	32 304 615
TOTAL	7 908 618	192 448 396	168 052 400	32 304 615

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra

firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.

- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição Cambial

Em 30 de junho de 2018, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
USD	1 547 265	-	-	-	-	-	1 547 265
JPY	1 103 873 992	-	-	-	-	-	1 103 873 992
Contravalor Euro	9 881 723	-	-	-	-	-	9 881 723

Nota 13 – Cobertura do Risco de Cotações

Em 30 de junho de 2018, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco de cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	-	3 642 327	-	3 642 327
Unidades de Participação	241 704 281	-	-	241 704 281

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2018:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	272 101 099	267 364 278
Carteira com derivados	268 458 772	257 525 151
	1,34%	3,68%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2018 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria B	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	192 949	0,67%	1 502 394	0,62%
Comissão de Depósito	5 002	0,02%	42 067	0,02%
Taxa de Supervisão	2 077	0,01%	17 471	0,01%
Custos de Auditoria	575	0,00%	4 837	0,00%
Encargos outros OIC				
Outros Custos Correntes				
TOTAL	200 603		1 566 769	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 16 – Comparabilidade das demonstrações financeiras

Em 17 de setembro de 2017 foi efetuada a fusão por incorporação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Multiactivos 0-30 no Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo, pelo que as demonstrações financeiras comparativas e os resultados das operações do primeiro semestre de 2017 não são comparáveis.